



**GOIANINHA**  
**PREFEITURA**

Construindo o Futuro ♥ Cuidando da Gente

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**Processo Administrativo nº 204/05-2026**

O MUNICÍPIO DE GOIANINHA/RN, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO **MENOR PREÇO POR ITEM** NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E DO DECRETO MUNICIPAL Nº 1.526/2023, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E, SOB AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE ATO CONVOCATÓRIO E ANEXOS.

Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro designado através da PORTARIA Nº 034/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

|                                                         |                                                                                                   |
|---------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>ÓRGÃOS INTERESSADOS:</b>                             | <b>Secretaria M. de Agricultura e Abastecimento.</b>                                              |
| <b>DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS:</b>             | <b>09h00</b> do dia <b>10/07/2026</b> (Horário de Brasília).                                      |
| <b>DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:</b>              | <b>23h59</b> do dia <b>21/07/2026</b> (Horário de Brasília).                                      |
| <b>DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:</b>                 | <b>09h00</b> do dia <b>24/07/2026</b> (Horário de Brasília).                                      |
| <b>DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:</b> | <b>09h01</b> do dia <b>24/07/2026</b> (Horário de Brasília).                                      |
| <b>LOCAL:</b>                                           | <b><a href="http://www.portaldecompraspublicas.com.br">www.portaldecompraspublicas.com.br</a></b> |
| <b>MODO DE DISPUTA</b>                                  | <b>ABERTO</b>                                                                                     |

## 1. DO OBJETO

**1.1** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa, visando a Formação de Registro de preço para **Contratação de empresa especializada em serviços de locação de maquinas pesadas, para atender as necessidades da secretaria municipal de agricultura e abastecimento da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2** A licitação será por item, conforme tabela constante do Termo de Referência.

**1.3** O critério de julgamento adotado para a presente licitação será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observando as exigências contidas neste Edital e seus anexos.



## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

**2.1** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**3.1** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal de Compras Público, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**3.2** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.4** **A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.**

**3.5** A participação será exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, quando atendido os critérios nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**3.6** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**3.7** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

**3.8** **NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:**

**3.8.1** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**3.8.2** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**3.8.3** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.8.4** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



- 3.8.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.8.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.8.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.8.8 agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.8.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.8.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.9** O impedimento de que trata o item 3.8.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.10** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.1 e 3.8.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.11** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.12** O disposto nos itens 3.8.1 e 3.8.2 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.13** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.14** A vedação de que trata o item 3.8.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.2** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.3** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.2 e 8.16 deste Edital.

**4.4** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que;

**4.5** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**4.6** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**4.7** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**4.8** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.9** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.10** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.11** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**4.12** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**4.13** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.



**4.14** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.15** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.16** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.17** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**4.18** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**4.19** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**4.20** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**4.21** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**4.22** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**4.23** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.17 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**4.24** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.25** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

valor unitário ou desconto, conforme o caso do item;

Marca;

Fabricante;



- 5.2** Quantidade cotada, devendo estar de acordo com o quantitativo da presente licitação, não podendo oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para a contratação;
- 5.3** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.4** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.5** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.6** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.7** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.8** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.9** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.10** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.11** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.12** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 5.13** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



- 6.2** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5** O lance deverá ser ofertado conforme o critério de julgamento do item;
- 6.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (HUM CENTAVO)**.
- 6.9** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



**6.14** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.15** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.16** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.17** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.18** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**6.19** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.20** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.21** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.22** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.23** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**6.24** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.24.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.24.2 avaliações do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.24.3 desenvolvimentos pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



6.24.4 desenvolvimentos pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.25** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.25.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.25.2 empresas brasileiras;

6.25.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.25.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**6.26** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**6.27** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**6.28** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.29** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.30** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de no máximo **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**6.31** O prazo supracitado poderá ser prorrogado a depender da complexidade de sua elaboração e da solicitação do licitante, ficando discricionário ao pregoeiro conceder a prorrogação;

**6.32** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.33** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, , especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**7.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.



7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *Caput*)

7.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.5. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.7. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.6 e 4.10 deste edital.

7.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.11. contiver vícios insanáveis;

7.12. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.13. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.14. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.15. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.16. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.17. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o ***Caput***, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.18. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.19. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



7.20. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.21. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.22. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.23. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.24. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.25. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.26. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira.

8.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados em original, por cópia autenticada/registrada.



8.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.11. A habilitação será verificada por meio dos documentos enviados através do **www.portaldecompraspublicas.com.br** pelos licitantes.

8.12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados enviados e anexados no **www.portaldecompraspublicas.com.br** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.14. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.16. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital (preferencialmente em arquivo único), no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.17. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.18. A verificação de exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.19. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



8.20. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.21. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.22. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e **desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame**; e

8.23. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.24. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.25. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.16.

8.26. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.27. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.28. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

9.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.3. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada;

9.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;



- 9.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 9.8. Cópia de identificação dos sócios da empresa, com foto.
- 9.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 9.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

## **10. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- 10.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 10.2. Prova de inscrição no Cadastro Municipal ou Estadual da empresa Licitante, conforme o caso;
- 10.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 10.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
- 10.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
- 10.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

## **11. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.**

- 11.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;



11.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercício social, na forma da lei, registrado na junta comercial do estado, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

11.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

11.4. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

11.5. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

11.6. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

## 12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

12.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa licitante, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação;

12.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

12.3. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital;

## 13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado **TERÁ O PRAZO DE 02 DIAS**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.



13.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

#### **14. DO TERMO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

14.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2 O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.4 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.5 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.5.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

14.5.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.5.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos na mesma Lei.

14.6 O prazo de vigência da contratação poderá ser até 12 (doze) meses contados da assinatura do mesmo e poderá ser prorrogado conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.



## **15. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

15.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

15.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

15.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

15.1.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

15.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

15.3 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original;

15.4 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

15.4.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

15.4.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

15.5 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

15.6 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

15.7 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **16. DOS RECURSOS**

16.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

16.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

16.4 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente no **[www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)**, sob pena de preclusão;

16.5 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.



16.6 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

16.7 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

16.8 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

16.9 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.10 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

16.11 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.13 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.14 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br);

## **17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

17.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.2 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

17.3 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

17.3.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.3.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.3.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

17.3.4 deixar de apresentar amostra;

17.3.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

17.3.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.3.7 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.3.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

17.3.9 fraudar a licitação



17.3.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.3.11 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.3.12 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.3.13 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

17.3.14 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

17.3.15 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

17.4 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil 17.4.1 e criminal:

17.4.2 advertência;

17.4.3 multa;

17.4.4 impedimento de licitar e contratar e

17.4.5 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.5 Na aplicação das sanções serão considerados:

17.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

17.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

17.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

17.5.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

17.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.6 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

17.7 Para as infrações previstas nos itens 17.2, 17.3 e 17.3.5, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

17.8 Para as infrações previstas nos itens 17.3.7, 17.3.8, 17.3.9, 17.3.13 e 17.3.14, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

17.9 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.10 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.11 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.2, 17.3 e 17.3.5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da



Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.12 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.3.7, 17.3.8, 17.3.9, 17.3.13 e 17.3.14, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.2, 17.3 e 17.3.5 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

17.13 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.3.5, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

17.14 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.15 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.16 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.17 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.18 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

18.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

18.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente pelo [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).



- 18.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 18.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 18.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 19.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 19.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 19.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 19.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 19.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **[www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)**.
- 19.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos: ANEXO I - Termo de Referência  
ANEXO II – Proposta de Preços  
ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços  
ANEXO IV - Minuta de Termo de Contrato

Goianinha/RN, 08 de julho de 2026.

**João Marcelo da Silva Farias**  
**Agente de contratação**

**ANEXO – I TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO:****1.1. Objeto da Contratação**

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de máquinas pesadas, compreendendo trator e caminhão-pipa, com operadores, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento do Município de Goianinha/RN.

A contratação visa assegurar a execução eficiente de serviços voltados ao apoio às atividades agrícolas, abastecimento de água em comunidades rurais, manutenção de estradas vicinais, apoio logístico em ações emergenciais, limpeza e demais serviços operacionais necessários ao adequado funcionamento das atividades desenvolvidas pela Administração Municipal.

A locação compreenderá a disponibilização dos equipamentos em plena condição de uso, funcionamento regular e compatibilidade com as finalidades institucionais do Município, incluindo operadores habilitados, bem como a responsabilidade integral da contratada pela manutenção preventiva e corretiva, seguros obrigatórios, regularidade documental e demais encargos inerentes à adequada execução dos serviços contratados.

**1.2. Fundamentação da contratação**

A contratação ora pretendida encontra-se fundamentada na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no Estudo Técnico Preliminar (ETP) elaborado pela Administração Municipal, o qual:

- a) caracterizou de forma detalhada as demandas operacionais do Município de Goianinha/RN, especialmente relacionadas ao apoio às atividades da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento;
- b) identificou a necessidade contínua de utilização de máquinas pesadas, especialmente trator e caminhão-pipa, para execução de serviços essenciais nas zonas urbana e rural;
- c) evidenciou a viabilidade jurídica, operacional e orçamentária da contratação, em consonância com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, transparência e interesse público;
- d) indicou a solução mais adequada para atendimento das necessidades da Administração Municipal, definindo o escopo, os quantitativos estimados e as condições gerais de execução que subsidiam a elaboração do presente Termo de Referência.

**2. JUSTIFICATIVA:****2.1. Necessidade administrativa e operacional**

A contratação dos serviços de locação de máquinas pesadas com operadores apresenta-se como medida necessária e adequada para atender às demandas operacionais da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN, tendo em vista a insuficiência da frota própria para executar, de

RODOVIA RN 003, KM 53, Nº 96, CENTRO, GOIANINHA/RN  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA



**GOIANINHA**  
**PREFEITURA**

Construindo o Futuro ♥ Cuidando da Gente

de funcionamento e requisitos de segurança, correspondem a especificações correntes no segmento de locação de máquinas pesadas.

### 3.2. Objetividade dos critérios de desempenho e qualidade

Os critérios de desempenho e qualidade serão definidos de forma objetiva neste Termo de Referência, compreendendo, entre outros:

- Disponibilização dos equipamentos em perfeito estado de conservação;
- Funcionamento adequado dos sistemas mecânicos e hidráulicos;
- Atendimento aos prazos de mobilização e substituição;
- Apresentação de documentação regular;
- Disponibilização de operadores devidamente habilitados.

Tais parâmetros permitem a verificação clara do cumprimento das obrigações contratuais, sem dependência de avaliações subjetivas.

### 3.3. Implicações da classificação

O enquadramento como serviço comum autoriza a utilização de procedimento de contratação compatível com essa natureza.

Dessa forma, resta caracterizado que os serviços pretendidos se enquadram como serviços comuns de locação de máquinas pesadas com operadores, nos termos da legislação vigente, sendo passíveis de contratação com base em critérios objetivos e parâmetros claros de avaliação e fiscalização.

## 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

### 4.1. Visão geral da solução

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de máquinas pesadas, especificamente trator e caminhão-pipa, com operadores, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento do Município de Goianinha/RN.

A solução permitirá que o Município disponha, de forma planejada e sob demanda, de equipamentos adequados para execução de serviços de abastecimento de água, apoio às atividades agrícolas, manutenção de estradas vicinais, limpeza e demais ações operacionais necessárias ao atendimento das demandas administrativas e da população.

### 4.2. Benefícios a serem alcançados

#### 4.2.1. Melhoria na prestação dos serviços públicos

A locação das máquinas ampliará a capacidade operacional da Administração Municipal, permitindo maior agilidade na execução dos serviços demandados, especialmente no abastecimento de água em comunidades rurais e apoio às atividades agrícolas.

Com equipamentos adequados e operadores habilitados, a Administração ganha maior eficiência operacional e reduz atrasos no atendimento das demandas da população.

#### 4.2.2. Fortalecimento da infraestrutura urbana e rural

A disponibilidade de trator e caminhão-pipa permitirá melhor execução de serviços de manutenção e apoio às comunidades rurais, contribuindo para melhoria das condições de



**GOIANINHA**  
**PREFEITURA**

Construindo o Futuro ♥ Cuidando da Gente

trafegabilidade, suporte às atividades agrícolas e atendimento às necessidades emergenciais do Município.

#### **4.2.3. Apoio logístico a diversas políticas públicas**

Ao dispor desses equipamentos sob demanda, o Município consegue fortalecer ações voltadas ao desenvolvimento rural, abastecimento hídrico, manutenção de acessos e apoio às comunidades, garantindo suporte adequado às equipes de campo

#### **4.2.4. Otimização da aplicação dos recursos públicos**

A opção pela locação, em detrimento da aquisição de máquinas próprias, reduz a necessidade de investimentos elevados em compra de equipamentos, bem como custos permanentes com manutenção, seguro, licenciamento e gestão de frota própria.

Como a remuneração será vinculada à efetiva utilização dos equipamentos, a Administração pagará apenas pelos serviços efetivamente executados, contribuindo para a economicidade e para a eficiência da gestão orçamentária.

#### **4.2.5. Impacto na qualidade de vida da população**

A melhoria da capacidade operacional do Município, por meio da disponibilização de máquinas pesadas como trator e caminhão-pipa, impacta diretamente na execução de serviços essenciais nas zonas urbana e rural, especialmente em ações de apoio às comunidades rurais, recuperação de estradas vicinais, abastecimento emergencial de água e suporte às atividades agrícolas, gerando reflexos positivos na mobilidade, na qualidade dos serviços públicos e na qualidade de vida da população.

#### **4.3. Processo de contratação**

A contratação será viabilizada mediante procedimento licitatório, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, na regulamentação municipal e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

A Administração deverá instruir o processo administrativo com todos os documentos necessários à comprovação da necessidade da contratação, da estimativa de custos, da disponibilidade orçamentária e da definição adequada do objeto, assegurando transparência, competitividade e observância aos princípios da legalidade, economicidade e eficiência.

A solução adotada permitirá ao Município contratar empresa especializada para disponibilização de trator e caminhão-pipa com operador/motorista, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, garantindo maior eficiência operacional e continuidade dos serviços públicos.

#### **4.4. Etapas da execução contratual**

##### **4.4.1. Início da execução**

Após a homologação do procedimento licitatório e assinatura do contrato administrativo, a contratada deverá disponibilizar os equipamentos e operadores nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

A utilização ocorrerá mediante emissão de ordens de serviço ou solicitações formais da Secretaria



demandante, conforme as necessidades operacionais do Município.

#### **4.4.2. Monitoramento e avaliação**

A execução contratual será acompanhada por gestor e fiscal do contrato formalmente designados, responsáveis por verificar a conformidade dos serviços prestados, registrar medições das diárias trabalhadas e atestar a execução para fins de pagamento.

Compete à fiscalização verificar a regularidade operacional dos equipamentos, o cumprimento dos prazos e a qualidade da execução dos serviços, podendo rejeitar serviços executados em desacordo com as especificações contratuais.

### **4.5. Garantias e responsabilidades da contratada**

#### **4.5.1. Atendimento às especificações**

A contratada deverá garantir que o trator e o caminhão-pipa disponibilizados atendam integralmente às especificações técnicas e operacionais previstas neste Termo de Referência, incluindo condições adequadas de conservação, funcionamento, segurança, documentação e licenciamento.

#### **4.5.2. Responsabilidade técnica e operacional**

A contratada será responsável por falhas, defeitos ou interrupções na prestação dos serviços que decorram de problemas mecânicos, de gestão de frota ou de conduta de seus prepostos, devendo proceder à correção imediata e, quando necessário, à substituição do veículo sem ônus adicional para a Administração.

#### **4.5.3. Equipe técnica e operadores**

Os operadores e motoristas disponibilizados deverão possuir habilitação compatível e capacitação adequada para operação do trator e condução do caminhão-pipa, observando as normas de trânsito, segurança do trabalho e demais exigências legais aplicáveis.

#### **4.5.4. Cumprimento de prazos**

A contratada deverá observar rigorosamente os prazos estabelecidos para mobilização, atendimento das ordens de serviço e substituição de equipamentos, sob pena de aplicação das penalidades previstas contratualmente.

#### **4.5.5. Relatórios e documentação**

Sempre que solicitado, a contratada deverá apresentar relatórios de execução (diárias trabalhadas, quilômetros rodados), bem como demais documentos comprobatórios necessários à fiscalização, liquidação e pagamento das despesas.

#### **4.5.6. Conformidade legal e normativa**

A execução dos serviços deverá observar integralmente a legislação de trânsito, normas de segurança e saúde no trabalho, regras ambientais e demais regulamentos aplicáveis, além das determinações dos órgãos de controle e fiscalização competentes.

### **4.6. Condições de execução**

#### **4.6.1. Prazo de vigência**



O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que mantida a vantajosidade dos preços.

#### **4.6.2. Manutenção dos bens locados**

A manutenção preventiva e corretiva do trator e do caminhão-pipa será de inteira responsabilidade da contratada, que deverá assegurar pleno funcionamento dos equipamentos durante toda a vigência contratual.

#### **4.6.3. Substituição de bens**

Em caso de avarias, defeitos recorrentes ou inadequação às especificações, o caminhão-pipa e o trator poderão ser rejeitados, devendo a contratada providenciar substituição no prazo fixado contratualmente, às suas expensas, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções.

#### **4.6.4. Gestão de riscos operacionais**

Riscos como indisponibilidade temporária de veículos, atrasos na mobilização e falhas pontuais serão mitigados mediante cláusulas de substituição, penalidades contratuais e acompanhamento próximo pela fiscalização.

Em situações excepcionais que possam comprometer a continuidade dos serviços, a contratada deverá comunicar imediatamente a Administração e apresentar plano de ação para mitigação dos impactos.

#### **4.7. Critérios sociais e trabalhistas**

A execução do contrato deverá observar as normas trabalhistas e previdenciárias, vedação ao trabalho infantil e degradante, e respeito a direitos fundamentais dos trabalhadores, cabendo à contratada garantir o cumprimento dessas obrigações.

Poderão ser exigidas evidências de regularidade trabalhista e cumprimento de normas de segurança do trabalho, como documentos de treinamento e uso de EPIs, especialmente para operadores de veículos pesados.

#### **4.8. Sustentabilidade e meio ambiente**

Sempre que possível, deverão ser incentivadas práticas que reduzam impactos ambientais, tais como manutenção adequada do caminhão-pipa e trator para reduzir emissões, planejamento de rotas para otimizar consumo de combustível e correta destinação de resíduos gerados em serviços de infraestrutura.

A execução dos serviços deverá observar a legislação ambiental aplicável, especialmente no que se refere à movimentação de materiais e resíduos de obras públicas, conforme o caso.

#### **4.9. Análise e mapa de riscos da contratação**

Os principais riscos identificados relacionam-se à indisponibilidade temporária do trator ou caminhão-pipa, falhas mecânicas, atrasos no atendimento das demandas e oscilações na necessidade operacional ao longo da vigência contratual.

Tais riscos são considerados administráveis mediante fiscalização contínua, previsão de substituição de equipamentos e acompanhamento sistemático da execução contratual.



#### 4.10. Conclusão

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para locação de máquinas pesadas, especificamente trator e caminhão-pipa, com operador/motorista, visando atender às demandas operacionais da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN.

A contratação permitirá maior eficiência na execução das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, assegurando continuidade dos serviços públicos, economicidade, flexibilidade operacional e adequada aplicação dos recursos públicos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

#### 5. DO MODELO DE GESTÃO DO OBJETO:

##### 5.1. Diretrizes gerais do modelo de execução

O modelo de execução do objeto foi concebido de modo a assegurar que a contratação produza, de forma contínua e eficiente, os resultados pretendidos pela Administração Municipal, no tocante à locação de trator e caminhão-pipa com operador/motorista para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Goianinha/RN.

##### 5.2. Início da execução contratual

###### 5.2.1. Formalização do instrumento contratual

Após a conclusão regular do procedimento licitatório, será formalizado o competente contrato administrativo, contendo todas as condições necessárias à adequada execução do objeto, incluindo:

- a) descrição detalhada dos serviços de locação do trator e caminhão-pipa;
- b) condições de execução, mobilização e substituição dos equipamentos;
- c) obrigações e responsabilidades da contratada e da Administração;
- d) prazos, penalidades e hipóteses de alteração e prorrogação;
- e) demais exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

A execução dos serviços somente poderá ser iniciada após assinatura do contrato e emissão das ordens de serviço pela Secretaria demandante.

##### 5.3. Monitoramento e fiscalização da execução

###### 5.3.1. Atuação do Fiscal do Contrato

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por Fiscal de Contrato devidamente designado, ao qual caberá monitorar o desempenho da contratada quanto ao fiel cumprimento das obrigações assumidas.

O monitoramento abrangerá, dentre outros aspectos:

- a) a conformidade dos serviços prestados com as especificações técnicas do Caminhão-pipa e do trator e das condições de locação;
- b) a pontualidade na disponibilização dos veículos e na substituição em caso de falha;
- c) condições operacionais e de segurança do trator e caminhão-pipa;
- d) o cumprimento das normas legais, de trânsito, de segurança do trabalho e ambientais aplicáveis às operações.





Os resultados dessa avaliação poderão subsidiar relatórios gerenciais, decisões sobre prorrogação ou não do contrato e o histórico de desempenho da contratada para futuras contratações.

### 5.7. Encerramento da execução contratual

#### 5.7.1. Avaliação final da execução

Ao término da vigência contratual, a Administração Municipal procederá à avaliação final do desempenho da contratada, considerando o cumprimento das obrigações assumidas, a qualidade dos serviços prestados, a observância dos prazos, a adequação dos veículos e o atendimento aos indicadores de desempenho estabelecidos.

### 5.8. Considerações finais do modelo de execução

O modelo de execução ora definido visa assegurar supervisão contínua, controle efetivo e transparência na execução do contrato, garantindo a qualidade dos serviços de locação de caminhão-pipa e trator, a adequada utilização dos recursos públicos e o atendimento eficiente das demandas de infraestrutura e logística do Município de Goianinha/RN.

## 6. DO MODELO DE GESTÃO DA EXECUÇÃO:

### 6.1. Diretrizes gerais da gestão da execução

O modelo de gestão da execução contratual foi estruturado com o objetivo de assegurar o pleno acompanhamento, controle e fiscalização da prestação dos serviços de locação de máquinas pesadas, incluindo trator e caminhão-pipa com operador/motorista, garantindo que a execução ocorra em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos estimados e padrões de qualidade definidos neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

### 6.2. Designação de Gestor e Fiscal do Contrato

#### 6.2.1. Designação formal

A Prefeitura Municipal de Goianinha designará formalmente Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato, nos termos da legislação vigente, os quais atuarão como responsáveis diretos pelo acompanhamento da execução contratual e como principais canais de interlocução entre a Administração e a contratada.

#### 6.2.2. Atribuições gerais

Compete ao Gestor e ao Fiscal do Contrato, no âmbito de suas atribuições:

- a) acompanhar a execução do contrato, inclusive quanto ao cumprimento dos quantitativos estimados;
- b) verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, especialmente quanto à disponibilização do trator, caminhão-pipa e respectivos operadores/motoristas;
- c) registrar ocorrências relevantes, tais como atrasos, falhas mecânicas recorrentes ou descumprimento de prazos;
- d) adotar as providências administrativas cabíveis, inclusive proposição de aplicação de sanções;
- e) subsidiar decisões relacionadas à execução, alteração, prorrogação, reequilíbrio ou



## 6.7. Fiscalização e tratamento de não conformidades

### 6.7.1. Poder de fiscalização

O Fiscal do Contrato poderá realizar verificações regulares quanto à qualidade da execução, ao cumprimento de prazos e à conformidade com as cláusulas contratuais, tendo o direito de rejeitar, total ou parcialmente, serviços executados em desacordo com o contrato.

### 6.7.2. Providências corretivas

Identificada qualquer não conformidade, a contratada será formalmente comunicada para adoção das providências corretivas necessárias, sem ônus adicional para a Administração, no prazo definido pelo Fiscal, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

## 6.8. Reuniões de acompanhamento

### 6.8.1. Reuniões técnicas

Poderão ser realizadas reuniões de acompanhamento entre o Gestor/Fiscal do Contrato e representantes da contratada, com o objetivo de avaliar o desempenho da execução, alinhar procedimentos, revisar a programação das frentes de serviço e tratar de questões operacionais relevantes.

## 6.9. Alterações, reequilíbrio e prorrogação

### 6.9.1. Alterações contratuais

Poderão ser promovidas alterações contratuais nos limites e hipóteses previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

### 6.9.2. Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro

Será admitida a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, quando caracterizadas as hipóteses legais, observadas as regras da Lei nº 14.133/2021.

### 6.9.3. Prorrogação da vigência

A vigência contratual poderá ser prorrogada, quando houver necessidade devidamente justificada e interesse da Administração, desde que mantida a vantajosidade.

## 6.10. Extinção contratual

A Prefeitura Municipal de Goianinha/RN poderá promover a extinção do contrato nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e nas cláusulas estabelecidas no instrumento contratual.

### 6.11. Considerações finais do modelo de gestão

O modelo de gestão da execução ora definido assegura controle efetivo, transparência e eficiência na condução do contrato de locação de caminhões, garantindo que os serviços prestados atendam às necessidades da municipalidade, em conformidade com as normas legais, técnicas e administrativas vigentes.

## 7. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

## 7.1. Diretrizes gerais de sustentabilidade

A execução do objeto desta contratação deverá observar, no que couber, os princípios do



**GOIANINHA**  
**PREFEITURA**

Construindo o Futuro ♥ Cuidando da Gente

desenvolvimento nacional sustentável previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, buscando minimizar impactos ambientais decorrentes da operação das máquinas pesadas e veículos locados, otimizar o uso de recursos naturais e promover práticas ambientalmente responsáveis.

## **7.2. Emissões e consumo de combustíveis**

### **7.2.1. Impacto identificado**

A utilização de trator e caminhão-pipa implica emissão de gases poluentes e aumento do consumo de combustíveis fósseis, especialmente durante a execução contínua dos serviços e deslocamentos operacionais.

### **7.2.2. Medidas mitigadoras**

Para mitigação desses impactos, deverão ser observadas, sempre que possível:

- a) priorização de Caminhão-pipa e trator em boas condições de funcionamento, com manutenção em dia, atendendo às normas vigentes de controle de emissões;
- b) realização de manutenção preventiva regular pela contratada, de modo a assegurar melhor desempenho ambiental e menor consumo de combustível;
- c) planejamento de rotas e uso racional dos veículos pelas Secretarias demandantes, evitando deslocamentos desnecessários e otimizando a logística das frentes de serviço.

## **7.3. Geração de resíduos de manutenção**

### **7.3.1. Impacto identificado**

A manutenção do caminhão-pipa e trator pode gerar resíduos como óleos lubrificantes usados, filtros, peças inutilizadas e outros materiais que exigem destinação ambientalmente adequada.

### **7.3.2. Medidas mitigadoras**

A contratada deverá:

- a) realizar a gestão de resíduos provenientes da manutenção do caminhão-pipa e do trator em conformidade com a legislação ambiental;
- b) dar destinação correta a óleos, filtros e peças, priorizando, quando existentes, sistemas de logística reversa e reciclagem;
- c) manter registros comprobatórios da destinação ambientalmente adequada desses resíduos, sempre que solicitado.

## **7.4. Uso de recursos naturais**

### **7.4.1. Impacto identificado**

A execução dos serviços poderá implicar aumento no consumo de combustíveis e, indiretamente, de outros insumos associados à operação de caminhão-pipa e trator.

### **7.4.2. Medidas mitigadoras**

Deverão ser incentivadas:



- A contratada deverá adotar práticas que promovam a equidade nas relações de trabalho e comerciais, assegurando tratamento justo aos seus empregados, colaboradores e eventuais



**GOIANINHA**  
**PREFEITURA**

Construindo o Futuro ♥ Cuidando da Gente

subcontratados, bem como respeito aos direitos sociais e trabalhistas.

### **8.3.2. Transparência e Cadeia de Fornecimento**

Sempre que aplicável, a contratada deverá observar princípios de transparência na cadeia de fornecimento, buscando assegurar que suas atividades e as de seus parceiros comerciais estejam alinhadas aos valores de responsabilidade social, ética e respeito aos direitos humanos.



### **8.3.3. Contribuição para o Desenvolvimento Social**

A execução contratual deverá, no que couber, contribuir para o desenvolvimento social das comunidades locais, respeitando as normas legais e promovendo práticas que favoreçam a inclusão, a dignidade no trabalho e a sustentabilidade social.

### **8.4. Fiscalização do Cumprimento dos Critérios Sociais e Trabalhistas**

O cumprimento dos critérios sociais e trabalhistas poderá ser objeto de acompanhamento e fiscalização pela Administração, no âmbito da gestão contratual, cabendo à contratada comprovar, sempre que solicitado, a regularidade das relações de trabalho vinculadas à execução do contrato.

### **8.5. Considerações Finais**

Os critérios sociais e trabalhistas ora estabelecidos integram o conjunto de obrigações contratuais e visam assegurar que a execução do objeto ocorra de forma ética, responsável e socialmente sustentável, em consonância com os princípios que regem a Administração Pública e as contratações públicas.

## **9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

### **9.1. Diretrizes Gerais**

Os critérios de medição e de pagamento são definidos de forma a assegurar transparência, objetividade e equilíbrio na relação contratual, garantindo que a remuneração da contratada esteja estritamente vinculada à execução efetiva dos serviços de locação de caminhão-pipa e trator com operador, devidamente aferida e atestada pela Administração Municipal.

### **9.2. Critérios de medição dos serviços**

#### **9.2.1. Forma de medição**

A medição dos serviços observará as unidades de medida definidas no ETP, da seguinte forma:

- a) trator agrícola: medição por diária efetivamente utilizada;
- b) caminhão-pipa: medição por diária efetivamente utilizada

Somente serão considerados, para fins de medição, os serviços efetivamente prestados, devidamente registrados em ordens de serviço e/ou boletins diários de serviços, e aceitos pela Administração.

#### **9.2.2. Aferição e atesto da medição**

A medição será aferida pelo Fiscal do Contrato, que deverá verificar:

- a) a conformidade da execução com as especificações contratuais e com as ordens de serviço emitidas;





- a) a extinção contratual, ou
- b) a suspensão do cumprimento das obrigações contratuais, até que a situação seja regularizada, ressalvadas as hipóteses de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, devidamente reconhecidas.

#### **9.6. Disposições complementares**

Os critérios de medição e de pagamento ora estabelecidos complementam as disposições deste Termo de Referência e do contrato administrativo, devendo ser interpretados de forma sistêmica, com vistas a assegurar a correta execução contratual, a adequada aplicação dos recursos públicos e a observância dos limites quantitativos e financeiros estabelecidos neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

#### **9.7. Considerações finais**

O modelo de medição e pagamento adotado visa garantir que a contratada seja remunerada de forma justa, proporcional e transparente, incentivando o cumprimento dos prazos, a observância dos padrões de qualidade, a disponibilidade do caminhão-pipa e do trator e a execução regular dos serviços, elementos essenciais para o êxito da contratação.

### **10. DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

#### **10.1. Fundamentação da Escolha do Processo de Contratação**

A seleção do fornecedor será realizada mediante procedimento licitatório, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando as necessidades operacionais identificadas no Estudo Técnico Preliminar, a natureza contínua dos serviços e a necessidade de assegurar economicidade, eficiência e ampla competitividade.

#### **10.2. Modalidade de Licitação**

A contratação será realizada mediante Pregão Eletrônico, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **10.3. Critério de julgamento**

O critério de julgamento será o de menor preço, observadas as exigências de habilitação, qualificação técnica e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

#### **10.4. Conformidade legal**

O procedimento licitatório observará integralmente as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

#### **Vantajosidade da Contratação**

A contratação pretendida mostra-se vantajosa por permitir o atendimento das demandas operacionais do Município sem a necessidade de aquisição de equipamentos próprios, reduzindo

custos com manutenção, armazenamento, depreciação e gestão de frota.

11. DAADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

### 11.1. Compatibilidade com o planejamento orçamentário

A contratação pretendida encontra respaldo no planejamento orçamentário do Município de Goianinha/RN, constituindo despesa compatível com as ações administrativas, conforme delineado no Estudo Técnico Preliminar.

A adequação orçamentária configura requisito essencial à regularidade da contratação, assegurando que a execução do objeto se dê de forma responsável, sustentável e em conformidade com os princípios da legalidade, do planejamento e da responsabilidade fiscal.

### 11.3. Existência de dotação orçamentária

Verifica-se a existência de dotação orçamentária específica no Orçamento Geral do Município – OGM, suficiente para suportar a despesa decorrente da contratação pretendida.

A contratação observará, ainda, a compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente e com as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município de Goianinha/RN.

#### 11.4. Monitoramento da execução orçamentária

Durante a vigência contratual, a Administração procederá ao acompanhamento sistemático da execução orçamentária relativa a este ajuste, de modo a garantir que os desembolsos financeiros ocorram dentro dos limites previstos, assegurando:

- controle da despesa pública;
- aderência ao planejamento financeiro;
- mitigação de riscos de extrapolação orçamentária.

Tal monitoramento constitui instrumento de governança e de boa gestão fiscal, contribuindo para a regularidade da execução contratual e para a preservação do equilíbrio das contas públicas.

### 11.5. Conclusão quanto à adequação orçamentária

Resta evidenciado que a contratação pretendida possui plena adequação orçamentária, atendendo aos requisitos legais e financeiros exigidos para sua formalização, não havendo óbice quanto à disponibilidade de recursos ou à compatibilidade com o planejamento orçamentário municipal.

## 12. DAAVALIAÇÃO DO CUSTO:

### 12.1. Fundamentação da estimativa de custos

A avaliação do custo da contratação foi realizada de forma técnica e criteriosa, mediante pesquisa de preços efetuada pela Administração Municipal, observando os parâmetros estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Para formação da estimativa, foram consideradas contratações similares realizadas por órgãos públicos, consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, pesquisas junto a



**GOIANINHA**  
**PREFEITURA**

Construindo o Futuro ♥ Cuidando da Gente

fornecedores do ramo e demais fontes admitidas pela legislação vigente, buscando assegurar compatibilidade com os preços praticados no mercado e a vantajosidade da contratação.

## **12.2. Metodologia de validação dos preços**

### **12.2.1. Fontes de informação utilizadas**

Foram utilizadas como referência:

- a) contratos administrativos similares;
- b) pesquisas junto a fornecedores do ramo;
- c) consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- d) processos licitatórios de outros municípios.

#### **12.2.5. Estimativa total do valor da contratação**

O valor global estimado será definido com base nos quantitativos previstos no Estudo Técnico Preliminar e nas pesquisas de preços realizadas pela Administração.

## **12.3. Análise de economicidade**

A contratação mostra-se economicamente vantajosa diante da necessidade operacional do Município e da inviabilidade técnica e financeira de aquisição imediata dos equipamentos.

## **13. DO RECEBIMENTO E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:**

### **13.1. Diretrizes Gerais**

O recebimento dos serviços ocorrerá mediante verificação da conformidade da execução com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.

## **13.2. Modalidades de recebimento**

### **13.2.1. Recebimento provisório**

O recebimento provisório será realizado de forma sumária pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização, no momento da prestação do serviço ou ao final do período de referência (quantidade de diárias trabalhadas), mediante conferência inicial das ordens de serviço, boletins diários de serviços.

O recebimento provisório não implica aceitação definitiva do objeto, servindo de base para a análise posterior da conformidade.

#### **13.2.2. Recebimento definitivo**

O recebimento definitivo será efetuado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo ou registro circunstanciado, após a verificação integral do atendimento às especificações técnicas do caminhão-pipa e do trator, às condições de execução, à medição das diárias e às demais obrigações contratuais.

## **13.3. Rejeição do objeto**

O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando executado em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, do contrato ou das ordens de serviço, inclusive em casos de veículos em mau estado de conservação, descumprimento de prazos de mobilização ou falhas operacionais, devendo a contratada promover, às suas expensas, a correção, substituição ou refazimento, conforme o caso, sem ônus adicional para o Município.



**13.4. Responsabilidade da Contratada**

O recebimento provisório ou definitivo não exclui nem reduz a responsabilidade civil da contratada pela solidez, segurança, regularidade e qualidade da execução contratual, nos limites estabelecidos pela legislação vigente e pelo contrato.

**13.5. Prazo para verificação e aceitação**

O recebimento provisório ocorrerá a partir da execução dos serviços, para fins de verificação inicial da conformidade.

O recebimento definitivo será realizado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório da respectiva medição, após a verificação da conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

**13.6. Aceitação tácita**

Na hipótese de a verificação de que trata o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no primeiro dia útil subsequente ao esgotamento do prazo, salvo se houver registro de irregularidades que justifiquem a rejeição parcial ou total.

**14. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:**

**14.1. Obrigações do Contratante**

Constituem obrigações da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável:

- a) receber provisoriamente os serviços executados (diária), mediante conferência inicial da documentação de campo;
- b) verificar, no prazo estabelecido, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações deste Termo de Referência e do contrato, para fins de recebimento definitivo;
- c) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de gestor e Fiscal do Contrato formalmente designados;
- d) efetuar os pagamentos devidos, na forma, prazos e condições estabelecidos no contrato, após a devida medição e atesto;
- e) promover o acompanhamento da execução sob os aspectos quantitativo e qualitativo, registrando em instrumento próprio as ocorrências verificadas, inclusive falhas, atrasos e substituições de caminhões;
- f) fornecer à contratada, sempre que necessário, as informações e orientações indispensáveis à adequada execução do objeto, especialmente quanto a locais de atuação e programação das frentes de serviço;
- g) comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades ou anormalidades verificadas na execução, podendo recusar o recebimento de serviços em desconformidade;
- h) comunicar a contratada para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução, quando houver controvérsia quanto à dimensão, qualidade ou quantidade dos serviços prestados, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

- a) arcar com todas as despesas decorrentes da execução do objeto, inclusive seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, quando devidos;
- b) assumir responsabilidade administrativa, civil e penal por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do objeto;
- c) manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação e no edital;
- d) executar os serviços em estrita conformidade com as especificações técnicas dos caminhões, condições contratuais e determinações da Administração;
- e) responsabilizar-se por vícios e danos decorrentes da execução, nos termos da legislação aplicável;
- f) atender prontamente às exigências do contratante relacionadas à execução do objeto, inclusive quanto à mobilização e remanejamento do caminhão-pipa e trator;
- g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas e no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os serviços ou veículos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- h) arcar com o ônus decorrente de eventual erro no dimensionamento de seus custos, inclusive quanto a encargos futuros e variáveis, ressalvadas as hipóteses de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro previstas na Lei nº 14.133/2021;
- i) arcar com todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre a execução do objeto;
- j) responsabilizar-se integralmente pela manutenção preventiva e corretiva do caminhão-pipa e trator locados, garantindo que permaneçam em perfeitas condições de uso, segurança e conservação durante toda a vigência contratual;
- k) acatar as orientações da Administração e sujeitar-se à ampla fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;
- l) prestar esclarecimentos à Administração sobre atos ou fatos relacionados à execução do contrato, sempre que solicitado;
- m) providenciar, de forma imediata, a reparação ou substituição do caminhão-pipa e trator que apresentem defeitos, se envolvam em acidentes ou deixem de atender às especificações, sendo vedada interrupção injustificada dos serviços;
- n) disponibilizar, sempre que necessário, caminhão-pipa e trator reserva com características iguais ou superiores ao originalmente contratado, para substituição automática, sem prejuízo da execução;
- o) entregar e manter o caminhão-pipa e o trator em perfeitas condições de uso, conservação,

p) disponibilizar contato telefônico ou canal de comunicação para atendimento emergencial fora do horário normal de expediente, inclusive aos finais de semana e feriados, quando a natureza das demandas assim o exigir.

## 15. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO:

### 15.1. Fiscalização da Execução Contratual

**15.1.1.** A fiscalização da execução do contrato será exercida por Fiscal do Contrato formalmente designado pela autoridade competente da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN, ao qual competirá acompanhar, supervisionar e avaliar a execução do objeto, em especial quanto à disponibilização do caminhão-pipa e trator, à observância das ordens de serviço e à correção das medições de diárias trabalhadas.

**15.1.2.** Caberá ao Fiscal do Contrato dirimir dúvidas que surgirem durante a execução, registrar ocorrências, exigir a adoção de medidas corretivas e adotar as providências necessárias para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

**15.1.3.** O Fiscal do Contrato atuará em articulação com o Gestor do Contrato, quando houver, prestando-lhe informações e subsídios para a tomada de decisões administrativas pertinentes à execução da avença, inclusive quanto à aplicação de sanções e à eventual prorrogação.

## 15.2. Alcance da fiscalização

**15.2.1.** A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades verificadas na execução do objeto, ainda que decorrentes de imperfeições técnicas, falhas operacionais, panes mecânicas ou utilização de caminhão-pipa e de trator em desacordo com as especificações exigidas.

**15.2.2.** A atuação do Fiscal do Contrato não implica corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes por eventuais danos, prejuízos ou inadimplementos decorrentes da execução contratual, cabendo integralmente à contratada responder por seus atos e omissões.

### 15.3. Registro de ocorrências

**15.3.1.** O Fiscal do Contrato deverá registrar formalmente todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução do objeto, em registro próprio ou sistema oficial, consignando, sempre que possível:

- a) data da ocorrência (dia, mês e ano);
- b) descrição detalhada do fato observado (ex.: atraso na disponibilização do caminhão, falha mecânica recorrente, substituição de veículo, divergência de medição);
- c) identificação de funcionários ou responsáveis envolvidos, quando aplicável;
- d) providências determinadas para a regularização das falhas ou defeitos constatados e prazos concedidos.



**15.3.2.** Os registros e apontamentos efetuados pelo Fiscal do Contrato deverão ser encaminhados ao Gestor do Contrato para as providências administrativas cabíveis, inclusive análise de glosas, aplicação de penalidades, recomposição de cronograma ou outras medidas corretivas necessárias à adequada execução contratual.

## **16. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

### **16.1. Regime Jurídico das Sanções**

O regime de apuração de infrações e aplicação de sanções administrativas decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, bem como do descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, observará integralmente o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

### **16.2. Tipificação e Procedimento**

As infrações administrativas, as penalidades cabíveis, os critérios de gradação, bem como o procedimento para apuração e aplicação das sanções, serão aqueles previstos na legislação vigente e no instrumento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

## **17. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL:**

### **17.1. Vigência Inicial**

O prazo de vigência do contrato decorrente deste Termo de Referência será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, período no qual deverão ser executados os serviços contratados, conforme as condições estabelecidas.

### **17.2. Prorrogação da Vigência**

A vigência contratual poderá ser prorrogada, mediante justificativa formal e desde que caracterizado o interesse público, observadas as condições e limites estabelecidos no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a manutenção da vantajosidade da contratação e da regularidade da execução.

## **18. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS:**

### **18.1. Considerações Gerais**

As especificações dos itens foram definidas com base nas necessidades identificadas no Estudo Técnico Preliminar, observando critérios de adequação técnica, operacional, segurança e economicidade.

Os serviços compreendem a locação de máquinas pesadas, incluindo trator agrícola e caminhão-pipa, com operador, destinados ao atendimento das demandas operacionais da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN, especialmente nas ações de apoio à zona rural, abastecimento de água e manutenção das atividades desenvolvidas pela Administração Municipal.

### **18.2. Especificação dos Itens, Quantidades e Valores**



| Item | Descrição do Serviço                                                                                                                                                                                          | Unidade de Medida | Quant. | Valor Unit. |
|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|--------|-------------|
| 1    | Trator de Pneus 4x2. Combustível por conta da contratante, motorista, manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada.                                                                              | Diária            | 372    | R\$ 851,14  |
| 2    | Caminhão Pipa 10.000 L trucado, peso bruto total 23.000 KG, carga útil máxima 15.935 KG, distância entre eixos 4,8 M, potência 230 CV, inclusive tanque de aço para transporte de água CHP diurno AF 06/2014. | Diária            | 372    | R\$ 701,70  |

**18.3.** Valor Global da Contratação R\$ 577.656,48 (Quinhentos e setenta e sete mil e seiscentos e cinquenta e seis reais e quarenta e oito centavos).

O valor global estimado da contratação será definido com base na pesquisa de preços a ser realizada pela Administração Municipal, observando os quantitativos previstos neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, bem como os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

A estimativa final da despesa será consolidada em mapa comparativo de preços e servirá de referência para a reserva orçamentária e para a futura execução contratual.

**18.4.** Observações Técnicas Complementares

**18.4.1.** Todos os veículos e equipamentos deverão, conforme o caso, ser disponibilizados em perfeitas condições de uso, devidamente revisados, licenciados e com manutenção preventiva e corretiva sob responsabilidade integral da contratada.

**18.4.2.** Os serviços deverão ser executados com operadores habilitados, treinados e capacitados, atendendo às normas de trânsito, segurança do trabalho e demais exigências legais, conforme o caso.

**18.4.3.** Os quantitativos estimados representam limite máximo de contratação, não gerando direito subjetivo à execução integral, estando a utilização condicionada às necessidades efetivas da Administração e às ordens de serviço emitidas.

## 19. DISPOSIÇÕES FINAIS:

**19.1.** Observância da Legislação Aplicável

A execução do objeto disciplinado neste Termo de Referência observará integralmente as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as normas regulamentares, decretos municipais, instruções normativas e demais dispositivos legais e administrativos aplicáveis às contratações públicas, no que couber, especialmente aqueles relacionados à gestão, fiscalização, execução contratual, controle interno e externo.

**19.2.** Integração dos Documentos da Contratação

O presente Termo de Referência, juntamente com o Estudo Técnico Preliminar, o instrumento

contratual e eventuais ordens de serviço, constituem o conjunto de documentos que regerão a execução do objeto, devendo ser interpretados de forma sistêmica e harmônica, prevalecendo, em caso de divergência, as disposições mais restritivas ou mais vantajosas ao interesse público, conforme avaliação da Administração.

### 19.3. Esclarecimentos e Interpretação

As dúvidas eventualmente suscitadas na interpretação e aplicação das disposições constantes deste Termo de Referência deverão ser dirimidas pelo Gestor do Contrato e pelo Fiscal do Contrato, podendo, quando necessário, ser submetidas à apreciação da Assessoria Jurídica do Município ou de setores técnicos competentes, com vistas à correta execução do objeto e à mitigação de riscos administrativos e jurídicos.

#### 19.4. Vedação à Subcontratação Indevida

As obrigações assumidas pela contratada não poderão ser transferidas, cedidas ou subcontratadas, total ou parcialmente, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e as condições estabelecidas no instrumento contratual, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

## 19.5. Alterações e Ajustes Contratuais

Eventuais alterações quantitativas ou qualitativas no objeto contratado somente poderão ser realizadas mediante formalização de termo aditivo, observados os limites, hipóteses e requisitos legais previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, desde que devidamente justificadas sob os aspectos técnico, econômico e jurídico, e desde que preservado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

## 19.6. Responsabilidade e Mitigação de Riscos

A contratada será integralmente responsável pela adequada execução do objeto, respondendo por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de falhas, omissões ou irregularidades na prestação dos serviços, sem prejuízo da responsabilização administrativa, civil e penal cabível.

A administração, por sua vez, adotará medidas de acompanhamento, fiscalização e controle, com vistas à mitigação de riscos e à garantia da continuidade e da qualidade dos serviços públicos prestados.

### 19.7. Declaração de Adequação Administrativa

Declara-se que o presente Termo de Referência foi elaborado de forma técnica, fundamentada e proporcional, estando alinhado às necessidades reais da Administração Municipal, às diretrizes de planejamento, à disponibilidade orçamentária e às conclusões do Estudo Técnico Preliminar que lhe dá suporte, atendendo aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

## 19.8. Encerramento

Ficam ratificadas todas as disposições constantes deste Termo de Referência, que passa a integrar o processo administrativo de contratação como instrumento essencial para a adequada definição do objeto, orientação da seleção do fornecedor e fiscalização da execução contratual, servindo como base para a celebração da avença pretendida pela Prefeitura Municipal de



**GOIANINHA**  
**PREFEITURA**

Construindo o Futuro ♥ Cuidando da Gente

Goianinha/RN.

Shirliana de Freitas Paiva

Secretária Municipal de Agricultura e Abastecimento



**GOIANINHA**  
**PREFEITURA**

Construindo o Futuro ♥ Cuidando da Gente

**ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/XXXX-SRP  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/2026, ÀS----H----MIN (        )  
HORAS. LOCAL: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA/RN**

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

|                                             |                  |              |               |                                     |                                 |                            |
|---------------------------------------------|------------------|--------------|---------------|-------------------------------------|---------------------------------|----------------------------|
| <b>NOME DE FANTASIA:</b>                    |                  |              |               |                                     |                                 |                            |
| <b>RAZÃO SOCIAL:</b>                        |                  |              |               |                                     |                                 |                            |
| <b>CNPJ:</b>                                |                  |              |               |                                     |                                 |                            |
| <b>INSC. EST.:</b>                          |                  |              |               |                                     |                                 |                            |
| <b>OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )</b> |                  |              |               |                                     |                                 |                            |
| <b>ENDEREÇO:</b>                            |                  |              |               |                                     |                                 |                            |
| <b>BAIRRO:</b>                              |                  |              |               | <b>CIDADE:</b>                      |                                 |                            |
| <b>CEP:</b>                                 |                  |              |               | <b>E-MAIL:</b>                      |                                 |                            |
| <b>TELEFONE:</b>                            |                  |              |               | <b>FAX:</b>                         |                                 |                            |
| <b>CONTATO DA LICITANTE:</b>                |                  |              |               | <b>TELEFONE:</b>                    |                                 |                            |
| <b>BANCO DA LICITANTE:</b>                  |                  |              |               | <b>CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:</b> |                                 |                            |
| <b>Nº DA AGÊNCIA:</b>                       |                  |              |               |                                     |                                 |                            |
| <b>ITENS</b>                                | <b>DESCRIÇÃO</b> | <b>MARCA</b> | <b>QUANT.</b> | <b>UND.</b>                         | <b>VALOR UNITÁRIO<br/>O R\$</b> | <b>VALOR TOTAL<br/>R\$</b> |
| <b>1.</b>                                   |                  |              |               |                                     |                                 |                            |
| <b>TOTAL POR EXTENSO:</b>                   |                  |              |               |                                     |                                 |                            |

A empresa: .....declara que:

- 1 estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.
- 2 validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
- 3 prazo de início de fornecimento/execução dos objetos de acordo com o estabelecido no termo de referência (anexo i) do edital desse processo.
- 4 que **não possui** como sócio, gerente e diretores, servidores da **Prefeitura Municipal de Goianinha/RN**, e ainda cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.
- 5 que o prazo de início da entrega dos equipamentos será de acordo com os termos estabelecidos no anexo i, deste edital a contar do recebimento, por parte da contratada, da ordem de compra ou documento similar, todos os itens serão avaliados, sob pena de devolução de não aceite, caso não atenda a discriminação do termo de referência do referido edital ou de má qualidade.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Carimbo da empresa/assinatura do responsável

**obs.** Serão desclassificadas as propostas que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.



**GOIANINHA**  
**PREFEITURA**

Construindo o Futuro ♥ Cuidando da Gente

## ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO

A Prefeitura Municipal de Goianinha-RN, através da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social (Órgão Gerenciador), com sede na xxxxxxxxxxxxxxxx, Centro, na cidade de Goianinha- RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.162.687/0001-73, neste ato representada pela Prefeita Constitucional, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portadora da matrícula funcional nº XXXX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº XXX/XXXX. , processo administrativo n.º XXX/XXXX, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do decreto municipal nº 1.526/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

**19.1.** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para XXXXXXXX, especificado (s) no (s) item (ns) do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº XXX/XXXX, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| <b>EMPRESA:</b>       |           |        |       |                  |             |
|-----------------------|-----------|--------|-------|------------------|-------------|
| <b>CNPJ:</b>          |           |        |       |                  |             |
| <b>ENDEREÇO:</b>      |           |        |       |                  |             |
| <b>REPRESENTANTE:</b> |           |        |       |                  |             |
| <b>E-MAIL:</b>        |           |        |       | <b>TEL.: ( )</b> |             |
| ITENS                 | DESCRIÇÃO | QUANT. | UNID. | VALOR UNITÁRIO   | VALOR TOTAL |
|                       |           |        |       |                  |             |
| <b>VALOR TOTAL:</b>   |           |        |       |                  |             |

### 3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 3.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público
- 3.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 3.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.



3.1.4 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.1.5 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.2 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.3 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.4 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.

3.5 Dos limites para as adesões: As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.6 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.7 A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.5, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8 Vedação a acréscimo de quantitativos: É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

#### **4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

4.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.3 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.



- 4.4 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 4.6 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.7 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 4.8 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
- 4.9 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 4.9.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 4.9.1 Mantiverem sua proposta original.
- 4.10 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 4.11 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 4.12 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 4.13 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o edital somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 4.13.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e
- 4.13.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
- 4.14 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 4.15 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.16 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.



4.17 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.18 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.13, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.19 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

4.20 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.21 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.22 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

5.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.2 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.2.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

6.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.



6.3 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.5 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.7 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.8 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.9 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.10 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.9, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.11 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6 o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

## **7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.2 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.3 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.4 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou



7.5 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.7 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.8 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.9 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.10 Por razão de interesse público;

7.11 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.12 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **8. DAS PENALIDADES**

8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

8.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.3 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.4 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 7.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **9. CONDIÇÕES GERAIS**

9.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

9.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... ( ) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.



# GOIANINHA

## PREFEITURA

Construindo o Futuro ♥ Cuidando da Gente

Local e data Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



**GOIANINHA**  
**PREFEITURA**

Construindo o Futuro ♥ Cuidando da Gente

**ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XXXX**

**TERMO DE CONTRATO Nº XXX/XXXX, QUE  
FAZEM ENTRE SI O (A) .....  
E A EMPRESA.....**

A Prefeitura Municipal de..... por intermédio do(a) (órgão) contratante), com sede no(a) ....., na cidade de/Estado, inscrito(a) no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representado(a) pelo Prefeito Municipal, Sr. ...., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o), e CPF nº ....., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, Decreto Municipal nº 1.526/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXX/XXXX, por Sistema de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA –OBJETO.**

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a prestação de ....., conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

| EMPRESA:       |           |        |       |                |             |
|----------------|-----------|--------|-------|----------------|-------------|
| CNPJ:          |           |        |       |                |             |
| ENDEREÇO:      |           |        |       |                |             |
| REPRESENTANTE: |           |        |       |                |             |
| E-MAIL:        |           |        |       | TEL.: ( )      |             |
| ITENS          | DESCRIÇÃO | QUANT. | UNID. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|                |           |        |       |                |             |
| VALOR TOTAL:   |           |        |       |                |             |

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1 O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a)....., na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a)....., prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.



2.3 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.4 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.7 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2 A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.4 O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.5 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na



fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1 O valor total da contratação é de R\$..... ( )

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_(DD/MM/AAAA).

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice \_\_\_\_\_ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no item 5 do Termo de Referência;



- 8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.12 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2 Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.3 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



9.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



**9.19** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

**9.20** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

**9.21** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**9.22** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

**9.23** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**10.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**10.1** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**10.1.1 Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**10.1.2 Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**10.1.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**10.1.4 A multa será aplicada nos termos da Lei nº 14.133/2023 e demais legislações aplicáveis.**

**10.2** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)



10.3 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **Caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.8 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

10.8.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.8.2 as peculiaridades do caso concreto;

10.8.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.8.4 os danos que dela provierem para o Contratante;

10.9 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os



créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

11.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

11.4 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

11.5 poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

11.6 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.7 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.9 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.10 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
3. Indenizações e multas.

11.11 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.12 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:



- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

### **13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

### **16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)**

16.1 Fica eleito o Foro da Justiça Comum de Goianinha/RN, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

XXXXXXX/XX, XX de XXXXXXXX.de 2026.

Responsável legal  
da CONTRATANTE

Responsável Legal  
da CONTRATADA



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

EDITAL 17.2026 - LOCAÇÃO DE MAQUINAS PESADAS

| Colaboradores que assinaram  | CPF/CNPJ       | Assinado em            | Válidado por Biometria |
|------------------------------|----------------|------------------------|------------------------|
| JOAO MARCELO DA SILVA FARIAS | ***.170.0**-** | 08/07/2026 às 13:52:48 |                        |
| SHIRLIANA DE FREITAS PAIVA   | ***.715.6**-** | 08/07/2026 às 13:57:05 |                        |

As assinaturas emitidas pelo **eSipe** são classificadas como assinatura eletrônica avançada nos parâmetros da **Lei Federal 14.063/2020** e possui sua validade jurídica plena, inclusive perante atos de entes públicos, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no **RE 2159442PR** (2024/0267355-0).

A identidade deste documento é:

**54ECB5DD6417C3DDD2DFF30E222CD83EAAC2F57B80EEB6ABB53274D5C3A54E05**

Escaneie o QrCode abaixo para obter a validade do documento:



<https://esipe.com.br/verificacao/109745/54ECB5DD6417C3DDD2DFF30E222CD83EAAC2F57B80EEB6ABB53274D5C3A54E05>